

## PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS

## PORTARIA Nº 048/2015-CGJ/AM

Excelentíssimo Senhor Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas,

No uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 249/2014-CGJ/AM, que constituiu Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apuração de irregularidades praticadas por servidores deste Poder, bem como os termos da Portaria nº 261/2014-CGJ/AM;

CONSIDERANDO os termos do art. 179 da Lei Estadual nº 1.762/86 e art. 56 da Resolução nº 01/2014/CM (Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justica do Estado do Amazonas);

CONSIDERANDO o expediente encaminhado pelo Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Precatórios da Capital, informando que os Cartórios do 10º e 11º Oficio de Registro Civil da Capital, não responderam as reiteradas diligências solicitadas por aquele Juízo;

CONSIDERANDO o Parecer de fl. 33 34 no Despacho de fl. nos autos de 0202179-78.2014.8.04.0022

## RESOLVE:

Artigo 1º. Determinar a instauração competente PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do serventuário JONAS TAMANDARÉ LINS RODRIGUES, matrícula nº 1281-5, Oficial Titular do 11º Oficio de Registro Civil da Capital, para apuração detalhada dos fatos e aplicação das medidas que se fizerem necessárias.

Artigo 2º. Designar o Exmo. Sr. Juiz-Corregedor Auxiliar, Dr. FLÁVIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS. para presidir a Comissão do referido Processo Administrativo Disciplinar, e como membros os servidores SARAH CLARIMAR

0202179-78.2014.8.04.0022

**M3369** 



## PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RIBEIRO DE MIRANDA, ADRIANA VANESSA DOS REIS FERREIRA, DAN SOUZA AGUIAR, AFRÂNIO CEZAR MADDY BASTOS, JOSÉ RAILSON VALE DA SILVA, JULIANA DE ALMEIDA SANTIAGO CAVALCANTI, EDUARDO AMED DE OLIVEIRA BASTOS, ELIANE PINHEIRO TEIXEIRA e MÁUREA DO PERPÉTUO SOCORRO DA COSTA RALPH, esta designada para secretariar os trabalhos.

Artigo 3º. Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, ficando desde já prorrogado havendo comprovada necessidade.

Artigo 4º. Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação.

Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 16 de março de 2015.

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Corregedor-Geral de Justiça